

v.33 n.2
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:
perspectivas latino-americanas em
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

v.33 n.2

Jul-Dez/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Lília Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos
Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?
Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares
- 210** Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais
Tatiana Dahmer Pereira
- 230** Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas
Maria Raimunda Penha Soares
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ
Rosimar Borges
- 276** Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social
Tahiana Meneses Alves
- 301** O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)
Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques
- 324** Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial
Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil
- 349** Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências
Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva
- 375** Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?
Luiza da Costa de Deus
- 396** A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça
Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos
- 420** Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil
Susane Petinelli Souza
- 445** “Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”: mulheres negras e identidades
Laurita de Queiroz Bomdespacho



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458** Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)
Bárbara Zilli Haanwinckel et alia
- 476** Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020)
Ana Cássia Alves Cunha et alia
- 500** As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal
Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”: mulheres negras e identidades

Identities
Mulheres negras
Sociedade brasileira

O presente artigo visa fomentar o debate das identidades impostas às mulheres negras brasileiras em contraponto a suas verdadeira história e trajetória. Para tanto, utiliza-se das literaturas já existentes e vivências das pesquisadoras, traçando um resgate histórico da construção da sociedade brasileira, na herança da cultura patriarcal portuguesa e perpassada pelo mito da democracia racial, para compreender os reflexos na sociedade contemporânea. Destacam-se ainda exemplos de mulheres negras que rejeitaram a imposição da identidade colonial, demonstrando suas verdadeiras naturezas antes e hoje.

Laurita de Queiroz Bomdespacho

UNESP - Franca - SP Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS - Programa de Pós- Graduação em Serviço Social/ PPGSS - Doutoranda.

Sarah dos Santos

UNESP - Franca - SP Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS - Programa de Pós- Graduação em Serviço Social/ PPGSS - Mestranda.

“If the way is mine, let me walk”:
Black women and identities

This article aims to promote the debate on the identities imposed on Brazilian Black women in contrast to their true history and trajectory. For that, it uses existing literature and researchers' experiences, describing a historical review of the construction of Brazilian society in the heritage of Portuguese patriarchal culture and permeated by the myth of racial democracy, to understand the reflexes in contemporary society. Also, it seeks to elevate examples of Black women who rejected the imposition of colonial identity, demonstrating their true natures before and today.

Identities
Black women
Brazilian society





Introdução¹

Ah, a mulher brasileira! Pessoa que carregou em seus braços esta nação e sobre a qual se ergue toda a sociedade. Mas quem é a mulher brasileira? Durante um período da história, tentaram impor à mulher brasileira características europeias e marianistas; por outro lado, há quem reconheça que essa mulher, na verdade, só poderia ser representada pela indígena, originária e tradicional destas terras; ainda, internacionalmente, o título de mulher brasileira é empenhado à mestiça/mulata, negra aqui nascida, produto bem-feito da miscigenação, sensual e que desfila nos carnavais.

Que somos diversas/os, já sabemos. Mas como essa diversidade é construída? Quais os elementos constitutivos das identidades impostas às mulheres negras brasileiras? Como o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento impactam o processo de construção dessas identidades e quais os reflexos disso ainda nos dias atuais?

Importante destacar que o artigo parte de incômodos e necessidades sentidos pelas pesquisadoras durante as aulas de uma disciplina da Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, como meio de investigar, nos apropriar, fortalecer e reconhecer as/nas referências e discussões aqui levantadas. Sem a pretensão de esgotar o debate, o presente artigo visa destacar elementos que constituem as identidades impostas às mulheres negras brasileiras historicamente, nossas experiências e representações, fazendo uso da oralidade, memória e ancestralidade como formas de acessar o real (OLIVEIRA, 2009).

De onde vem: a construção histórica do ser mulher negra brasileira

Como pensar as identidades impostas às mulheres negras sem pensar a identidade nacional e os processos de construção da sociabilidade aqui presentes? O Brasil, como o conhecemos hoje, nasce da exploração da natureza, do genocídio e escravização de povos indígenas e africanos. Tendo suas terras invadidas pelos portugueses em 1500, por volta de 1530 já contava com “os africanos (trazidos sob correntes) exercendo seu papel de força de trabalho e em 1935 o comércio escravo para o Brasil já estava regularmente constituído e organizado” (NASCIMENTO, 2016, p. 57).

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos





O uso de mão de obra escravizada, juntamente com um sistema de exploração agrícola e exportação de matérias-primas, assume uma “natureza altamente racional para a consecução do objetivo de acumular capital” (SAFFIOTI, 1979, p. 142) e necessária aos interesses imperialistas. Segundo Abdias do Nascimento (2016, grifos nossos), “o africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade, [...] ele plantou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca”.

O autor ainda denuncia o tratamento dado aos africanos escravizados, rompendo com o “mito do senhor benevolente”, importante argumento de defesa da democracia racial no país.

Proprietários e mercadores de escravos no Brasil, a despeito das várias alegações em contrário, em realidade submeteram seus escravos africanos ao tratamento mais cruel que se possa imaginar. Deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo (NASCIMENTO, 2016, p. 69).

Também dito mito dos portugueses suaves, defende a ideia de que a convivência entre colonizador/a e colonizado/a era pacífica, sendo esse o estilo do colonialismo português. Segundo La Valle (2017, p. 5), “aparentemente o colonialismo português não excluía o Outro (a Outra) como os outros colonialismos, mas bem o(a) assimilava ao seu modelo”. Tais reflexões são utilizadas nas teorias de Gilberto Freyre para descrever a identidade plurirracial do Brasil, e esse raciocínio se segue em Pierre Verger (apud NASCIMENTO, 2016) com a mitificação das sobrevivências culturais, ressaltando o processo de africanização sofrido pelo português no contato com os/as escravizados/as.

Quanto ao tratamento inumano ou subumano a que eram submetidos/as os/as escravizados/as, sabemos que apesar de guardar a herança patriarcal de Portugal, o gênero não suavizou o trabalho das mulheres africanas. Elas se dividiam, bem como os homens, em duas categorias: escravas produtivas (de eito) e escravas não produtivas (mucamas). As de eito estavam ligadas à produção propriamente, trabalhando nas plantações e em atividades subsidiárias do corte e do engenho (NASCIMENTO, 2010), enquanto as mucamas eram responsáveis pela manutenção da casa-grande. Como pontua Lélia Gonzalez (2020, p. 53, grifos nossos),

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos



Enquanto escrava de eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta – trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. [...] Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre *livre* das sinhazinhas.

Nesse sentido, a figura da mucama contrasta com o caráter patriarcal e paternalista que impõe sobre a mulher branca a dedicação à família “formal”, com o papel de esposa e mãe. Na mesma medida, o papel das escravas de eito demonstra a contradição no discurso da fragilidade feminina. Assim, o papel da mulher branca “é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que este ócio a representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho (e da pessoa)” (NASCIMENTO, 2010, p. 3). Ainda, a figura da mãe preta ou ama de leite – derivada do papel de mucama e fundamental na criação e educação das crianças brancas – é utilizada para, com forte apelo sentimental, ilustrar como pacíficas as trocas entre colonizador/a e colonizado/a.

Tais contradições já eram denunciadas em 1851 por Sojourner Truth, em discurso na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos (E EU NÃO SOU..., 2021),

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer –, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?

O discurso ilustra bem a condição da mulher negra escravizada no Brasil. Embora assuma um papel ativo na produção da sociedade, arando, plantando e colhendo como o homem, sua

“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos

condição feminina é reconhecida, aos olhos lusos, na possibilidade de reprodução de nova mercadoria, além do sentido sexual empregado na escravidão. A negra escravizada era impedida de estabelecer estrutura familiar estável e convivia com as investidas sexuais do senhor, seus convidados e parentes mais jovens que buscavam se iniciar sexualmente (GONZALEZ, 2020).

Sendo assim, as mulheres negras eram socialmente iguais aos seus companheiros na opressão que sofriam, no interior da comunidade escrava e na resistência à escravidão. Todavia, essa igualdade era um incômodo ao proprietário português patriarcal, que infligiu à negra castigos ainda mais intensos que aos homens, “uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas” (DAVIS, 2016, p. 39). O estupro, nesse sentido, se constitui como arma de dominação colonial, patriarcal e que ceifa o desejo das mulheres de resistir ao mesmo tempo que desmoraliza os companheiros. Nesse sentido, Abdias do Nascimento (2016) ressalta a exploração da africana pelo senhor escravocrata como sendo a norma e destaca a prostituição de negro-africanas mantida como meio de renda pelos senhores.

A mitificação da benevolência do colonizador humanizava a escravidão lá fora e acalmava a consciência dos brancos luso-brasileiros, mas não enganava os/as africanos/as escravizados/as que sempre resistiram (como resistem) ao sistema e a suas instituições, “negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética aptidão natural para o trabalho forçado” (NASCIMENTO, 2016, p. 70). Os/as negros/as desde a colonização às vésperas da Abolição (1888) como nos dias atuais, acumulam lutas, fugas e resistências coletivas. A exemplo, temos a República de Palmares, caracterizada por Clóvis Moura (1983, p. 125) como “único acontecimento político que conseguiu pôr em xeque a economia e a estrutura militar colonial”.

Como assinalado por Lélia Gonzalez (2020), o sucesso de uma ideologia se mede pela capacidade de internalização por parte dos por ela prejudicados, de modo que tínhamos muitos/as escravizados/as não produtivos/as (como as mucamas) internalizando e reproduzindo a ideologia dominante e denunciando revoltas. Sabemos que foi uma mulher que denunciou as reuniões secretas de planejamento da Revolta dos Malês (1835), por exemplo, obrigando as/os participantes a

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos

adiantar a luta. Por outro lado, essa revolta contou também com a participação de outra mulher importantíssima, Luísa Mahin, tanto na organização como na luta armada contra a minoria branca dominante.

Luísa Mahin ainda gestou um protagonista do movimento abolicionista – Luiz Gama, filho de concubinato com um branco que a abandonou (GONZALEZ, 2020). A Luísa somam-se Tereza de Benguela (2014) ou Rainha Tereza, que liderou o quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, criando uma espécie de parlamento e um sistema de defesa, e Dandara (2011) dos Palmares, que, além de plantar, trabalhar na produção de farinha e caçar, lutava capoeira e empunhava armas, liderando as falanges femininas do exército negro palmariano.

Temos que a coragem e a resistência das africanas à escravização já eram notáveis nos porões dos navios negreiros, de modo que “as mulheres, quando viajavam junto aos homens, frequentemente os instigavam a se revoltar contra a tripulação” (PAIXÃO & GOMES apud ARAÚJO, 2012-2013, p. 28). As mulheres negras participaram ativamente da vida pública, da resistência à escravidão e dos movimentos de libertação nacional, fazendo política, além de carregar em seus ventres a denúncia e a contraposição à ordem. E esses são apenas alguns exemplos.

Dessa forma, o que se tinha como mulher brasileira no período escravocrata-senhorial era principalmente, e pelo recorte deste artigo, o contraponto entre a senhora branca e a africana escravizada. A primeira, herdeira da estrutura católica-patriarcal portuguesa, legítima mãe e esposa, enquanto a segunda, símbolo de coragem e insubordinação, trabalhadora que mantinha, e ao mesmo tempo desafiava, a ordem escravista.

Para onde vai: os reflexos das identidades na sociedade contemporânea

Chegamos à desagregação desse sistema que já não mais se sustentava, fosse pelas novas exigências do desenvolvimento capitalista (impostas principalmente pelo avanço do industrialismo inglês), fosse pelas constantes insurgências negras. Verdade é que com o marco da Abolição, negros/as ex-escravizados/as foram abandonados/as à própria sorte, sem garantias ou intenção de integração na nova forma de

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos



organização que se desenhava, como aponta Florestan Fernandes (2008, p. 29):

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja, ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Ainda, é importante ressaltar que “o 13 de maio não significou o fim imediato das práticas escravistas das relações sociais de trabalho, com os hábitos a elas aliados” (DOMINGUES, apud ARAÚJO, 2013, p. 27). Sabemos que as mulheres negras, mesmo após a abolição, continuaram sendo alvo de variadas violências legitimadas pela escravidão, principalmente observado o fato de terem sido convertidas quase que totalmente ao trabalho doméstico nas casas e fazendas de famílias abastadas, onde se reproduziam padrões escravistas.

Por outro lado, segundo Fernandes (2008) foram as mulheres negras que tiveram condições mais favoráveis no pós-abolição devido aos serviços domésticos, que lhes garantiam ocupações persistentes, ou um meio de vida, uma vez que a “competição com o estrangeiro não assumiu de imediato, nessa área dos serviços urbanos, proporções tão dramáticas” (p. 81). Esse fato refletiu em mais dependência do homem negro e mulato, que acabava submetido a pequenos expedientes, sendo impossível ganhar a vida de maneira segura.

Tal dependência masculina se refletia também no papel de autoridade máxima desempenhado pela mulher negra na família e comunidade como quem sustentava a casa. Majoritariamente, as famílias negras eram formadas por mãe e filhos, somando-se tios, avós e netos, o que demonstra a independência econômica da mulher em relação ao homem – diferente da família tradicional burguesa – além de, segundo Bernardo (apud ARAÚJO, 2013), ter suas raízes na organização familiar matrifocal, comum em África.

Dessa maneira, seguem-se as diferenciações entre o papel de gênero naturalizado pelo ideário brasileiro e a posição das

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos





mulheres negras na sociedade. Essas mulheres nunca foram subordinadas a seus homens, ocupam papel ativo na comunidade e vida pública e, ainda, se se viam acometidas pela sobrecarga feminina, essa se dava devido às relações de trabalho carregadas de preconceito e discriminação e para garantia do ócio da mulher branca.

Lélia Gonzalez (2020) aponta que as mulheres negras são vistas, de modo geral, segundo dois tipos de qualificação *profissional*: doméstica e mulata. Destacamos o profissional por entender que essas qualificações ultrapassam a esfera das relações trabalhistas, refletindo em como somos vistas na vida social de forma geral. Assim, “profissão mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos” (p. 59). Essa é a mulher cara do Brasil, do Carnaval, é a negra aceita, que conquista os turistas com seu rebolado e suas curvas. É o país em paz com a sua história escravocrata. Na contramão disso, quantas vezes ouvimos “não faça isso ou não se vista assim, senão não consegue arrumar marido”, em nítida castração de nossos corpos e limitação deles para um fim específico que não serve a nós.

Já a profissão doméstica, bem conhecida e advinda das mucamas, representa o outro ponto da nossa socialização: a domesticação e naturalização da serventia. É a empregada negra, *praticamente da família* e vista majoritariamente em serviços sociais voltados para o cuidado. De acordo com dados do Ipea (2012) denunciados pelo Dossiê Mulheres Negras (MARCONDES, 2013), as mulheres negras seguem ocupando majoritariamente postos de menor prestígio e remuneração, estando sobrerrepresentadas (57,6%) no trabalho doméstico e em menor presença com carteira assinada. Ainda,

Mulheres negras mais uma vez estão sobrerrepresentadas nos serviços sociais de forma geral, incluindo as funções doméstica, de saúde e de educação, que reforçam a função do cuidado e os papéis de mulheres e de negras. Além disso, cerca de 13% das mulheres negras consideradas como ocupadas exercem atividades para o próprio consumo ou sem remuneração (MARCONDES, 2013, p. 122).

Dessa forma, fica explícito qual o lugar imposto às mulheres negras e como ele influencia a construção de uma suposta identidade, naturalizada e a-histórica. Nesse contexto, como

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos





refletido por Ayni Araújo (2021, p. 60), a trabalhadora negra,

carrega o estigma social de que a mulher negra não tem família, nem história, seu corpo apenas serve aos outros. Aquela cuja única participação na vida social é a de garantir a amamentação dos filhos dos escravizadores, a nutrição e o cuidado de suas casas e seus corpos: o estigma da ama de leite, da mucama e do corpo disponível aos homens e mulheres brancas. Mesmo após anos da abolição, permanece o estigma da mulher negra empregada doméstica tratada pelas famílias riquíssimas para quem trabalha há anos “como se fosse da família também”. Essa mulher é completamente invisibilizada quando na esfera política.

Observamos, portanto, que, mesmo depois do marco histórico opressor do período da abolição da escravatura, até hoje se refletem na sociedade contemporânea brasileira seus efeitos danosos, materializados por meio de necropolítica² e da invisibilização desses corpos negros. Esses sujeitos de direitos foram libertos e jogados para as margens e guetos das cidades. A constituição do Estado brasileiro de direitos foi pensada com episteme e executada por pessoas brancas. Isso pode ser evidenciado nas políticas sociais que as pessoas negras não conseguem acessar.

O trabalho doméstico sempre existiu, mas foi somente em 2015 que dispuseram a lei complementar nº 150, de 1 de junho de 2015, um marco legal que estabelece jornada de trabalho doméstico de até 44 horas semanais; remuneração por horas extras; compensação de dias prestados a mais, instituindo, assim, direitos para essas mulheres negras e obrigações patronais, bem diferente dos tempo de exploração de sua força e de seus corpos (BRASIL, 2015). Todos os marcos legais estabelecidos até hoje foram elementos de aquilombamento de mulheres transgressoras que lutaram e lutam contra a exploração.

As mulheres negras que vieram antes de nós hoje se somam à resistência para melhorar a vida de todas/os, mulheres negras que com sua inteligência de perceber e interpretar os problemas nos instigam a lutar, assim como Benedita da Silva, Dona Ivone Lara, Carolina Maria de Jesus, Elisa Lucinda, Livia Sant’Anna Vaz, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Elza Soares com sua resistência na musicalidade, Marielle Franco, as professoras Beatriz do Nascimento, Nilma Lino Santos, Taís Pereira de Souza, Vilma Reis,

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos



a cientista Jaqueline Góes de Jesus, Jandira Araújo e todas as Laudelinas e Carolinas que chegam para constituir uma nova episteme no campo do saber.

Temos hoje mulheres negras que se constituíram na rebeldia de continuar, e nós somos frutos somados dessas mulheres negras, formadas nos espaços dos movimentos sociais, nos quilombos, nos partidos políticos e na academia. Hoje, em 2022, repetimos como um mantra que mais mulheres ocupem os espaços de poder, nas universidades, na produção de ciências para que tenhamos nossa história contada não pelos opressores e sim por nós mesmas, reforçando que a nossa identidade vai muito além do que o que nos foi imposto historicamente.

Conclusão

Levantamos, no decorrer deste artigo, elementos que fragilizaram a construção da identidade da mulher negra brasileira. Argumentamos, inicialmente, que devido às construções epistêmicas do mito da democracia racial, a opressão e o racismo são reforçados no Brasil. O paradigma em que estamos inseridas passa pela constituição do *ser mulher negra* numa identidade que, até então, foi amalgamada em estereótipos³ e arquétipos⁴ do “lugar da mulher negra e mulata” subalternizados.

São esses corpos que ainda no século XXI são marcados e atravessados pela violência e exploração, pela tríplice discriminação de raça, classe e sexo, como elucida Lélia Gonzalez (2020). E com todos esses elementos conceituais sociológicos da constituição da sociedade brasileira, sempre devemos nos perguntar: quais os lugares que as mulheres negras ocupam nesta sociedade racista, misógina, patriarcal quando esses corpos negros ultrapassam os lugares ditos subalternos ou sem prestígios, como, por exemplo, o trabalho da empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, ama de leite, ama seca, a “mulata gostosa”, a mãe preta, a babá, entre outras atividades que exigem o trabalho operacional.

Esses lugares naturalizados pelas pessoas brancas e também por nós mulheres negras como socialmente inferiores e submissos tiveram como base as concepções tradicionais que definem a economia e a política – concepções de que diuturnamente tentamos nos desvencilhar na contemporaneidade. Nós, mulheres

“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos

negras, construímos saberes no coletivo através das nossas ancestralidades, em aliança com as nossas mais velhas. Propor essa tessitura é retornar às nossas memórias como um mosaico de afetos de nossas trajetórias de mulheres negras em meio às inúmeras negações.

Os estereótipos e arquétipos constituídos no imagético e materializados por meio da exclusão social e do racismo na sociedade brasileira sobre a mulher negra foram elaborados, até então, por pensadores/as, sociólogos/as, economistas, filósofos/as, antropólogos/as brancos/as que, de forma aniquiladora, empurraram a população negra para os guetos, as marginalidades, os trabalhos subalternizados, assim invisibilizando e normalizando nossos corpos limitados a um determinado território geograficamente excludente, subestimados na sua constituição por não sabermos o poder do povo negro.

Na obra *Tornar-se negro*, da intelectual Neusa Santos de Souza (2021), ela nos faz refletir sobre a importância do saber e do discurso de si mesmo. Qual o discurso que a mulher negra tem dela mesma, a não ser os que foram contados pelas pessoas brancas no massacre da subjetividade e da identidade da pessoa negra? Ao estabelecer um discurso com muitos significados e com concretude da realidade da nossa história, fazemo-nos poderosas/os, pois sabemos que as intelectuais negras, cientistas negras, astronautas negras, poetisas negras, escritoras negras, bem como nossas religiosidade e ancestralidade, são a força da nossa história e nós sabemos contá-la.

Da mesma forma que um filho do orixá Oxóssi não destruirá a mata, os/as filhos/as de Oxum não destruirão os rios e tampouco os/as filhos/as de Iemanjá não poluirão o mar. São esses os movimentos dos resgates dos saberes da ancestralidade conjugados com o campo epistêmico em África que nos fizeram chegar aqui. Pelas forças das mulheres que vieram antes de nós e que hoje desvelamos. E se depender de nós, muitas mulheres negras estarão aqui, produzindo ciência e tendo a oportunidade do adensamento teórico filosófico.

Referências

ARAÚJO, A.E. de. *Peço licença às minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade em São Paulo*. Tese

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos

de Doutorado. PPGCS/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp/Araraquara, 2021.

ARAÚJO, A.S. A mulher negra no pós-Abolição. *Revista da ABPN*. Goiânia, v. 5, n. 9, p. 22-36, nov. 2012-fev. 2013.

BRASIL. Lei nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe Contrato de Trabalho Doméstico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em 24 set. 2022.

DANDARA: a face feminina de Palmares. Portal Geledés. 20 out. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/dandara-a-face-feminina-de-palmares/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

E EU NÃO SOU uma mulher? Alma Preta. 1 jul. 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/e-eu-nao-sou-uma-mulher>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FERNANDES, F. *A integração do negro brasileiro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. Volume 1. São Paulo: Globo S.A., 2008.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LA VALLE, P. Corpo-colônia: um estudo preliminar sobre a representação das mulheres negras africanas durante a guerra colonial a partir de Que se Passa na Frente de Augusto Cid. *Desassossego*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 5-24, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/131616/137319>> Acesso em: 24 set. 2022.

MARCONDES, M.M. et al. (orgs.). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MOURA, C. Escravismo, imperialismo, colonialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n.14, 1983.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. 2010. Portal Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

OLIVEIRA, E. D. de. A epistemologia da ancestralidade.

**“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades**

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos

Entrelugares – Revista de Sociopoética e abordagens afins, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf>. Acesso em: 23/02/2022.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

TEREZA DE BENGUELA, uma heroína negra. Portal Gueledés. 2 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroína-negra/>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Notas

1 O título faz referência à música “Se o caminho é meu”, eternizada na voz de Dona Ivone Lara, mulher preta, enfermeira, assistente social e primeira mulher a assinar um samba-enredo. ↑

2 O termo cunhado por Achille Mbembe relaciona a biopolítica/biopoder, teorizada por Foucault, com o racismo de Estado e questiona a “licença para matar” levantada pelo Estado em prol da segurança e ordem da sociedade. Entende-se que o Estado se utiliza de discursos que reproduzem estereótipos e preconceitos para legitimar a violência e o extermínio de grupos sociais específicos, como “preto é bandido” e “bandido bom é bandido morto”. ↑

3 São opiniões e ideias generalizadas, utilizadas pelas pessoas para predefinir alguém ou algo quanto ao seu comportamento, gênero, aparência, religião, cultura, condição social etc. Em muitos casos, alguns estereótipos também podem se tornar formas de preconceito. ↑

4 Arquétipo é um conceito da psicologia utilizado para representar padrões de comportamento associados a um personagem ou papel social. A mãe, o sábio e o herói são exemplos de arquétipos. Esses “personagens” têm características que são percebidas de maneira semelhante por todos os seres humanos. ↑

“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades

Laurita de Queiroz Bomdespacho
Sarah dos Santos



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).